

O Movimento pela Saúde dos Povos: ação global em defesa do direito universal à saúde

David Legge^{1,2}, Camila Giugliani^{3,4}, Alicia Stolkiner⁵, Ligia Giovanella⁶

DOI: 10.1590/0103-110420205100

BEM-VINDOS, BEM-VINDAS A ESTE SUPLEMENTO ESPECIAL da ‘Saúde em Debate’, com foco no trabalho do Movimento pela Saúde dos Povos (MSP), uma rede global de militantes da saúde e organizações ativistas que trabalham além das fronteiras para tornar realidade a visão de 1978 de ‘Saúde para Todos’.

Esta edição especial é uma iniciativa do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) e da Associação Latino-Americana de Medicina Social (Alames) para conclamar por uma ação global pelo direito universal à saúde.

Embora tenha havido melhorias nos indicadores agregados de saúde nas últimas décadas, as desigualdades em saúde aumentaram e cresceu o número absoluto de pessoas que vivem em ambientes inseguros e de alto risco e que não têm acesso aos cuidados de saúde necessários^{1,2}. Ademais da ampliação das desigualdades, o fantasma da fome, deslocamentos populacionais e conflitos decorrentes do aquecimento global e da degradação ambiental alastram-se.

Em certo grau, esses riscos originam-se no peso da pegada humana nos ecossistemas globais (embora a responsabilidade por esse ônus não seja compartilhada igualmente entre populações). Não obstante, as falhas de governança que permitem essa degradação e impedem ações efetivas são econômicas e políticas. O capitalismo, como sistema econômico global, enfrenta instabilidades cada vez mais profundas. Capacidades produtivas subutilizadas contribuem para a redução do emprego (principalmente aqueles de salários decentes), do consumo e investimentos. A fuga de capital dos investimentos produtivos para a especulação avança e leva a mais bolhas, colapsos e crises. O neoliberalismo, o modo predominante de governança desde os anos 1980, está direcionado para proteger as elites globais das consequências das crises, por meio de políticas que exacerbam os desequilíbrios econômicos, conduzem à degradação ecológica e aprofundam crises.

O MSP atua em prol das condições sociais para alcançar boa saúde para todos, abordando os fatores determinantes das desigualdades e da degradação ambiental. O MSP trabalha para o acesso universal aos cuidados de saúde necessários, de maneira a também enfrentar as barreiras políticas e econômicas às reformas institucionais necessárias.

A ‘teoria da mudança global’ do MSP centra-se na dinâmica da mobilização social; trabalhando com comunidades que estão na linha de frente da privação e dos riscos; explorando as diferentes maneiras pelas quais a crise econômica global afeta os cuidados de saúde e as condições de vida localmente. O MSP busca a união de ativistas da saúde para além de fronteiras, limites e diferenças; ativistas que enfrentam suas distintas privações e riscos, e trabalham juntos para superar as dinâmicas e forças globais comuns a esses desafios.

Essa ‘convergência’ de movimentos sociais se estende além do setor saúde. O MSP entende que questões similares estão sendo enfrentadas em muitos outros setores de ação: na agroecologia, nos

¹La Trobe University – Melbourne, Austrália. dlegge@phmovement.org

²People’s Health Movement (PHM) – Melbourne, Austrália.

³Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre (RS), Brasil.

⁴Movimento pela Saúde dos Povos (MSP) – Porto Alegre (RS), Brasil.

⁵Universidad de Buenos Aires (UBA) – Buenos Aires, Argentina.

⁶Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.



sindicatos, no meio ambiente, nas questões de gênero e indígenas, na ciência e inovação. Ao mesmo tempo, movimentos sociais se organizam, atuam e se articulam em todos esses diferentes setores.

Uma grande variedade de análises e histórias do ativismo do MSP são compartilhadas nesta edição da 'Saúde em Debate'. Esses artigos ilustram as conexões entre as necessidades locais de saúde e a economia política global e as maneiras pelas quais os ativistas da saúde estão enfrentando as necessidades locais de forma a contribuir para a construção de um movimento global.

Baum, Sanders e Narayan descrevem e analisam as origens do MSP e suas formas de atuação e discutem questões estratégicas que o Movimento enfrenta na conjuntura atual. Uma delas, é a aproximação e real participação dos movimentos sociais nos processos decisórios no âmbito da governança global em saúde, foco de um dos principais projetos do MSP em nível global, o Observatório da Organização Mundial da Saúde (WHO Watch). Rocha, Martins e Farias analisam esse tema a partir de suas experiências de participação como *watchers* em artigo que discute as possibilidades de influência da sociedade civil nos processos decisórios da governança global na Organização Mundial da Saúde (OMS). O WHO Watch é uma iniciativa do MSP que se propõe a estimular a democratização dos processos decisórios da OMS. A atuação do MSP na formação de ativistas por meio da Universidade Internacional para a Saúde dos Povos é relatada por Zuniga que sintetiza a história de um projeto singular de formação em El Salvador que reuniu ativistas da saúde da sociedade civil e profissionais do Ministério da Saúde para compartilhar perspectivas sobre o desenvolvimento do sistema de saúde e ações sobre a determinação social da saúde. Outro projeto fundamental do MSP, o relatório do Global Health Watch, cuja última edição foi lançada em 2018, é apresentado na resenha deste número por Falcão et al.

A concepção do *Buen Vivir*, uma das bases fundantes do MSP na América Latina é discutida por Bobatto, Segovia e Rosas como caminho alternativo ao modelo de desenvolvimento hegemônico atual. O *Buen Vivir* é entendido como projeto político de vida; um processo de bem-estar coletivo que potencializa a vida em harmonia e equilíbrio com a mãe natureza e o cosmos.

Raghunandan e Jayaprakash examinam a atuação do Movimento de Ciência do Povo (People's Science Movement, agora parte do MSP Índia) na resposta à tragédia de Bhopal. Destacam o papel de Amit Sengupta nesse processo, líder do MSP, que faleceu tragicamente em dezembro de 2018. A Índia, as Filipinas e a Europa são o pano de fundo para a discussão trazida por Nandi e Vračar sobre o impacto das reformas neoliberais no campo da saúde, que enfraqueceram os sistemas públicos de saúde dos países, levando à comercialização dos cuidados de saúde. Arteaga-Cruz et al. trazem mais histórias de luta no ensaio que parte da pergunta 'Financiar sistemas nacionais de saúde com ganhos vindos da indústria extrativista é compatível com a visão de direito à saúde'? Os autores destacam a necessidade de fortalecer o vínculo entre as lutas pelo direito à saúde e a resistência contra o extrativismo.

De São Luís no Brasil, Torres et al., por meio de entrevista com a irmã Anne Wihbey, pioneira do MSP no Brasil, trazem uma história que resume a interação entre o local e o global na reprodução das necessidades de saúde e conta como um grupo de ativistas que trabalhou para atender às necessidades locais em consonância com processos mais gerais. Nos tempos atuais, no Rio de Janeiro, temos a experiência do Movimento Nenhum Serviço de Saúde a Menos, um exemplo de resistência contra a precarização dos serviços públicos de saúde relatada por Saffer et al.

O artigo de Giugliani et al., de Porto Alegre, apresenta resultados de um projeto de pesquisa-ação que começou explorando se (e por que) as instituições de controle social no Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro estavam enfraquecidas e finalizou com um projeto de revitalização do espaço verde em uma escola estadual, em uma experiência singular de participação social.

Urrego-Rodriguez revisa as lutas dos povos indígenas na Colômbia pela concretização do direito à saúde. As lutas do povo colombiano pelo direito à saúde são também foco do artigo de Torres-Tovar

et al., fruto de um projeto investigativo vinculado ao MSP. Ainda no contexto de uma pesquisa-ação, o coletivo italiano Grup-pa (Bodini et al.) propõe uma interessante e relevante discussão sobre a saúde como algo comum, aberto à participação de todos e todas, construída a partir de práticas coletivas e solidárias, vinculando a concepção de determinação social da saúde com o conhecimento e as práticas compartilhadas nas *commons* e ressaltando o seu potencial transformador.

De volta para a Índia, tendo como base a história trágica da morte de 150 crianças por síndrome de encefalite aguda no estado de Bihar, Venkatachalam et al. argumentam sobre a importância da análise interseccional de determinantes no entendimento das iniquidades, compreendendo que os fatores produtores dessas mortes são múltiplos e entrecruzados.

Entre as organizações ativistas e redes filiadas ao MSP, o suplemento destaca a atuação do Cebes e da Alames. A atuação do Cebes um dos principais protagonistas do movimento da reforma sanitária brasileira, que culminou na criação de um sistema público universal de saúde no Brasil, o SUS, é relatada por Costa et al. As alianças estratégicas e convergências entre o MSP e a Alames são analisadas por Stolkiner et al.

Por fim, convidamos todos os leitores e leitoras deste número especial a conhecer e difundir a Declaração da IV Assembleia Mundial pela Saúde dos Povos, que reafirma que a luta pela saúde é a luta por um mundo mais equitativo, justo e solidário. Um chamado para a ação.

Os legados de dois dos maiores líderes do MSP, Amit Sengupta e David Sanders, que nos deixaram recentemente, são inspiração e compromisso para perseguir a 'Saúde para Todos'. Os emocionantes depoimentos de vários ativistas do MSP não deixam dúvidas quanto aos ensinamentos e ações transformadoras desses dois gigantes.

Boa leitura!

Colaboradores

Legge D (0000-0002-4552-1470)*, Giugliani C (0000-0002-2652-5214)*, Stolkiner A (0000-0001-9372-7556)* e Giovanella L (0000-0002-6522-545X)* contribuíram igualmente na elaboração do manuscrito. ■

Referências

1. World Health Organization; World Bank. Tracking Universal Health Coverage 2017 Global Monitoring Report [internet]. Geneva:WHO; Washington: The World Bank. 2017. [acesso em 2020 jan 16]. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/259817/9789241513555-eng.pdf?sequence=1#page=11>.
2. Organization for Economic Co-operation and Development. Health for Everyone?: Social Inequalities in Health and Health Systems [internet]. OECD Health Policy Studies. Paris: OECD Publishing, Paris; 2019. [acesso em 2020 jan 16]. Disponível em: <https://www.oecd.org/publications/health-for-everyone-3c8385d0-en.htm>.

*Orcid (Open Researcher and Contributor ID).